

PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 016, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2013.

“Autoriza o Poder Executivo Municipal a repassar a quantia de R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais), ao CONSEPRO - Conselho Comunitário Pró Segurança Pública do Município e dá outras providências.”

SÉRGIO MUNHOZ, Prefeito Municipal de Eldorado do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições legais que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a repassar a quantia de R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais), ao CONSEPRO - Conselho Comunitário Pró Segurança Pública do Município de Eldorado do Sul.

Art. 2º. A quantia repassada ao CONSEPRO será utilizada pela Polícia Civil e Brigada Militar do Município no custeio de despesas com moradias dos policiais lotados no Município de Eldorado do Sul, relativo ao período de janeiro a dezembro de 2013, sendo o limite máximo de R\$ 700,00 (setecentos reais) mensais por policial.

Parágrafo único. Somente farão jus ao benefício os policiais que não possuem imóveis, pagam aluguel de imóvel localizado neste Município, residam no Município e que não tenham sido contemplados na distribuição de lotes ou moradia em Eldorado do Sul.

Art. 3º. Até o dia 31 (trinta e um) de julho de 2013 o Presidente do CONSEPRO deverá prestar contas ao Poder Executivo Municipal referente à utilização do benefício junto ao protocolo geral da Prefeitura.

Art. 4º. Com a prestação de contas na data referida acima, em se verificando a defasagem do valor concedido em relação ao valor necessário a cobrir as despesas de locação até dezembro de 2013, fica autorizado o complemento da verba em até 10% (dez por cento).

§ 1º A prestação de contas final deverá ser entregue até o último dia útil do mês de janeiro do ano de 2014.

§ 2º A prestação de contas será instruída com o extrato bancário, o contrato de locação do imóvel, o comprovante de pagamento do aluguel, bem como o comprovante de lotação do policial na respectiva corporação em Eldorado do Sul.

Art. 5º. As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: Órgão: 02 – Gabinete do Prefeito; Unidade Orçamentária: 01–

Gabinete do Prefeito; Função: 04 - Administração; Subfunção: 122 – Administração Geral; Programa: 0002 – Gestão Administrativa do Executivo; Atividade: 2.013 – Contribuição ao Consepro; Rubrica: 3.3.3.5.0.41.00.00.00 - Contribuições; Recurso: 0001 – Livre.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Eldorado do Sul, 1º de fevereiro de 2013.

SÉRGIO MUNHOZ
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Fabiana da Silva Kraschefski
Secretária da Administração

Publicada em ____/____/____

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Estamos encaminhando a essa Egrégia Câmara de Vereadores, para apreciação dos nobres Edis o projeto de lei nº 016, de 1º de fevereiro de 2013 que ***“Autoriza o Poder Executivo Municipal a repassar a quantia de R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais) ao CONSEPRO - Conselho Comunitário Pró Segurança Pública do Município, e dá outras providências.”***

A Administração Municipal demonstrando sua preocupação com a segurança dos cidadãos eldoradenses, bem como com a necessidade premente de valorização dos servidores das corporações policiais, em virtude da defasagem salarial, apresenta o presente Projeto de Lei.

Destaca-se que o auxílio se faz necessário visto que os policiais lotados nos órgãos de segurança do Estado do Rio Grande do Sul, que prestam seus serviços neste Município, enfrentam dificuldades atinentes à moradia.

Desta forma, o Poder Executivo propõe o presente Projeto de Lei visando, assim, o repasse de R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais) ao CONSEPRO, conforme solicitado pela entidade através do Processo Administrativo nº 104792, que, por sua vez, irá custear o aluguel mensal destes servidores, até o limite de R\$ 700,00 (setecentos reais) mensais por pessoa.

Esse valor, nos termos do Art. 4º do projeto de lei em tela, poderá ser complementado em até 10% (dez por cento), se constada a defasagem.

Sendo assim e contando com a Vossa costumeira atenção, aguardamos manifestação dessa Egrégia Câmara Legislativa, com relação a este projeto de lei, enviando também nossas cordiais saudações.

Atenciosamente,

SÉRGIO MUNHOZ
Prefeito Municipal